

HISTÓRIA AMBIENTAL: LEGISLAÇÃO FLORESTAL E A IMPLEMENTAÇÃO DAS MONOCULTURAS

GABRIELI ELISA DA COSTA ^{1,2*}, SAMIRA PERUCHI MORETTO ^{2,3}

1 Introdução

Na região Sul, no bioma da Mata Atlântica, o repovoamento e o desmatamento foram intensificados no final do século XIX. No mesmo momento aumentou o desmatamento nas formações florestais presentes na região, como a Floresta de Araucária ou Floresta Ombrófila Mista, que atualmente correspondem a menos de 3% da mata original, ainda ameaçadas pela expansão das monoculturas. Com o desmatamento, houve uma redução do volume madeirável e outras atividades econômicas, como agropecuária e monoculturas de árvores exóticas, se intensificaram.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é investigar o processo histórico das transformações socioambientais ocorrido no sul do Brasil, mais especificamente onde havia a formação florestal da Floresta Ombrófila Mista, partir de 1950 até 2020, tendo em vista os incentivos às práticas de introdução de monocultura em grande escala que estimularam a descaracterização da paisagem nos espaços em que se fizeram e se fazem presentes. Os gêneros escolhidos para o monocultivo nesta região se dividem em dois grupos, o primeiro composto por monocultivos voltados a silvicultura, com o eucalipto e *pinus spp*, para atender a indústria madeireira; o segundo grupo, composto pelo milho e posteriormente a soja, para atender a agroindústria. Outro gênero vem sendo escolhido nos últimos anos na região, o da fruticultura, principalmente com a plantação de uvas para fabricação de vinhos, sejam eles coloniais ou finos.

A floresta e os campos nativos tiveram a sua extensão minimizada e sem possibilidade de auto recuperação ou reparação, em função das atividades da agroindústria. Houve a implementação de espécies exóticas que foram introduzidas para recomposição florestal, assim

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, contato: gabrieli.costa@uffs.edu.br

² Grupo de Pesquisa: FRONTEIRAS: Laboratório de História Ambiental da UFFS

³ Doutora em História, Professora do Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal da Fronteira Sul e Universidade Federal de Santa Catarina, **Orientadora**.

como, para atender a agroindústria, a exemplo da soja. Visou-se, portanto, com esta pesquisa, compreender como ocorreu o processo de transformação da paisagem e as medidas para conservação ou não dos ecossistemas envolvidos. Para a realização da pesquisa, portanto, amparou-se em bibliografias produzidas por autores como por exemplo Samira Peruchi Moretto, Eunice Sueli Nodari, Marlon Brandt, Jó Klanovicz, além de relatórios produzidos por órgãos governamentais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

2 Objetivos

O objetivo geral deste projeto foi investigar o processo histórico das transformações socioambientais ocorridas no sul do Brasil, mais especificamente onde havia a floresta com araucária e os campos sulinos (1960 a 1990).

Dentre os objetivos específicos estavam: mapeamento das áreas com maior presença de monoculturas na região onde se encontrava a Floresta de Araucária e os campos nativos no Sul do Brasil. Assim como, foi identificada a atuação da agroindústria para a inserção das monoculturas voltadas a servir de ração para a suinocultura e analisamos os levantamentos para criação de áreas de preservação e conservação na região das Florestas de Araucárias.

3 Metodologia

Para a realização do estudo, levou-se em conta a metodologia proposta pela História Ambiental, cujo um dos objetivos, de acordo com Donald Worster (1991), é procura proporcionar um novo olhar para os diferentes períodos históricos, introduzindo a necessidade de se observar as mudanças na paisagem natural, além das maneiras que isto afetou, e ainda afeta, a relação dos seres humano com a natureza. Portanto, as análises de fontes e documentos levam em conta o viés proposto por essa linha de pesquisa, que, em conformidade com Drummond (1991) visa compreender quais recursos são socialmente úteis ou inúteis, já que a existência do recurso natural é intrínseca à identificação cultural que lhe é atribuída. Neste estudo, serão consultadas fontes como: mapas, relatórios, censos demográficos, os periódicos, imagens de satélites, iconografia, entrevistas e a legislação federal, além de matérias de periódicos da região que noticiaram a introdução de monocultivos nos campos sulinos, principalmente na formação da Floresta de Araucárias, nos anos que delimitam o projeto.

4 Resultados e Discussão

Desde o início da colonização, a atividade extrativista esteve presente na região do Oeste catarinense impulsionada pela indústria madeireira. Com a diminuição de matéria-prima, as áreas desmatadas tornam-se lavouras para a inserção de agroindústrias na região, transformando cada vez mais a paisagem do território. Essa prática de desmatamento feita para implantação de monocultivos fez com que se criassem legislações voltadas para a preservação e conservação do meio-ambiente, mesmo esses conceitos sendo vinculados a um contexto anterior ao que as preocupações ambientais surgem.

De acordo com Franco e Drummond (2012), alguns cientistas entre as décadas de 1920 e 1940 pensaram a proteção da natureza vinculada com a construção da nacionalidade, que acabou influenciado a elaboração de leis e políticas voltadas à conservação e preservação do meio ambiente. Nessa época também foram criados os primeiros parques nacionais, enquanto pensadores entre os anos de 1950 e 1980 envolveram-se com a criação de áreas de proteção, contribuindo também para conservar espécies ameaçadas de extinção. Apenas a partir de 1990 é que as ações têm o foco voltado para a conservação da biodiversidade. Apesar desses acontecimentos, pode-se afirmar que a preocupação com a conservação da biodiversidade é recente, mesmo que já houvesse políticas de preservação e conservação ambiental no Brasil no período em que a pesquisa foi desenvolvida, as medidas efetivas no recorte geográfico do estudo não são evidenciadas.

Portanto, em âmbito nacional, foi a partir da década de 1960, com a criação do Código Florestal Brasileiro através da Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, que medidas mais efetivas começaram a surgir no quanto à conservação e preservação do meio ambiente. Contudo, cabe destacar que na região Oeste do estado de Santa Catarina, dados do Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴ do período trabalhado neste estudo demonstram que, mesmo após a instituição do Código Florestal, o desmatamento na região seguia acentuado e o processo de reflorestamento não conseguia acompanhar a extração de matéria prima do bioma. Além disso, é importante mencionar que o reflorestamento dessas áreas desmatadas era realizado com a introdução de espécies exóticas, como *pinus spp* e *eucalyptus*, o que tornava o modelo de reflorestamento mais semelhante a uma monocultura para extração de madeira do que um resgate da área inicialmente derrubada. Uma reportagem

⁴ Capital do oeste - cidade das rosas, *Diário da manhã*, Chapecó (SC), Ano I, n. 185, 03 jul. 1980, p. 04

publicada em maio de 1980, no jornal “Diário da Manhã”⁵ demonstra esse cenário:

No Brasil, atualmente, há um processo brutal de desmatamento sem que haja, em idêntica proporção, o processo de reflorestamento. E o reflorestamento que se executa é indecente: derruba-se uma floresta nativa, composta por mais de uma centena de espécies diferentes de árvores e se planta, no mesmo local, apenas uma espécie de árvore, geralmente Pinus ou Eucaliptus, ou Kiri. Que nem árvores brasileiras são. O que se faz, na realidade, é promover o plantio de uma lavoura de árvores, um verdadeiro deserto verde onde até os pássaros - na sua sábia intenção - se recusam a fazer seus ninhos. E plantam estas essências exóticas por quê? É por amor à Natureza? Por patriotismo? Por consciência ecológica? Evidentemente que não! Plantam-se estas árvores porque elas têm crescimento rápido, e, em poucos anos, podem ser abatidas e levadas para as poluidoras fábricas de celulose. Plantam-se estas árvores por ganancioso interesse econômico, e não por preocupação conservacionista.

Partindo da análise de periódicos publicados na região dentro do recorte temporal proposto pela pesquisa, pode-se perceber que apesar da diferença de números entre a exploração e o reflorestamento, empresas como a Reflorestadora de Santa Catarina esforçavam-se na criação de projetos de reflorestamento para tentar alcançar o passo da extração⁶ através de recursos, sejam eles próprios ou obtidos através de incentivos fiscais. A partir de projetos como esse, as estatísticas demonstram que 7,3% da vegetação de Chapecó era de reflorestamento, sendo 7,1% do território do município destinado a pastagens e 58,9% para a agricultura.

5 Conclusão

A partir das atividades realizadas no período de vigência da pesquisa, pode-se destacar a realização de leitura pertinentes ao tema pesquisado, bem como a coleta e separação de fontes. De forma mais detalhada, ao longo do processo foram empreendidas atividades significativas para a construção de uma base teórica sólida, a fim de sustentar futuras produções, apresentações e publicações. Para tanto, foram realizadas leituras de bibliografias pertinentes ao tema do estudo, buscando compreender e explorar os conceitos e ideias fundamentais que norteiam o campo de pesquisa.

Dentre os autores que foram minuciosamente estudados, destacam-se Eunice Sueli Nodari, Gil Karlos Ferri, Carla Pires Vieira da Rocha e Samira Peruchi Moretto, entre outros, além de fontes de órgãos e instituições governamentais, como EMBRAPA e EPAGRI. Cada obra, artigo e documento estudado trouxeram contribuições valiosas, enriquecendo a

⁵ Criminoso Desmatamento, Diário da Manhã, Chapecó (SC), Ano I, n. 148, 10 e 11 mai. 1980, p. 05

⁶ Refloresc já tem projeto para plantar e reflorestar áreas que somam 40 mil hectares, *Diário da Manhã*, Chapecó (SC), Ano I, n. 159, 27 mai. 1980, p. 03.

compreensão da temática em foco, fornecendo referências fundamentais para o embasamento de futuras análises e reflexões.

Em síntese, a pesquisa foi conduzida com um rigoroso embasamento teórico, aliando as leituras de autores relevantes ao tema com as discussões e interações do Laboratório Fronteiras. As atividades desenvolvidas contribuiram para a construção de uma base teórica sólida sobre o tema pesquisa, além do acúmulo de experiência no que diz respeito às demais atividades realizadas, como a digitalização de obras e documentos, que foram inclusive utilizados para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências Bibliográficas

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade et al. (Orgs.). **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. P. 333-366.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.4, n. 8, 1991. P. 198-215.

Palavras-chave: História Ambiental; Monoculturas; transformação ambiental.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2022-0278

Financiamento: CNPq/UFFS